Por Ricardo Nogueira Viana (Especial para o Correio)
ricosyl.viana@gmail.com



Apresentar **armas**



Aos 18 anos, alistei-me no Exército. Como já era universitário, fui dispensado. No juramento à bandeira, ouvi sobre fidelidade à pátria e convocação em caso de guerra. Promessas que aquele garoto não compreendeu inteiramente. Pertenço à geração da redemocratização: cresci sob a ditadura e imaginava uma guerra como algo muito distante.

Minha convocação chegou aos 56 anos, em outubro de 2026. Outro exército me chamava. Já havia um marechal e um general. Cabia-me reunir um pelotão, preparar as armas e ajudar a vencer uma batalha em menos de 20 dias. Nossa munição não tinha pólvora. Tinha ideias, valores e pertencimento. O comandante, expansivo e enérgico, quase sucumbira antes da batalha. Não nos convocava às armas, mas à participação política, ao combate digital e ideológico.

Do outro lado, eu enxergava discursos de ódio, racismo, machismo e tantos outros "ismos" de desumanidade. Para mim, já não se discutiam programas de governo, mas civilidade, respeito e amor ao próximo. Comecei pelo que tinha de mais precioso: minha família. Negro, caçula de oito irmãos, filho de nordestinos semianalfabetos que chegaram a Brasília em 1960, reuni minha esposa, minhas irmãs e meu irmão.

Nosso sargento foi escolhido pela experiência. Meu irmão mais velho, da geração bossa nova, havia sido preso pela ditadura em 1974, quando estudava sociologia na UnB. Sua história se encontrava com a de tantos estudantes perseguidos, entre eles Honestino Guimarães. Meu irmão voltou. Honestino, não. Seu nome se tornou ponte em Brasília. Para outras famílias, porém, nenhuma ponte atravessa a ausência.

Nossa tropa já participara da primeira eleição presidencial após a redemocratização. Em 1989, apoiávamos o mesmo candidato do pleito atual. Naquela época, meu pai, veterano dos bastidores políticos, preferiu o candidato Mário Covas. Ele repetia: "eleição não se ganha nas cidades" e "cada povo tem o governo que merece". Havia discordância e gozação, mas não deixávamos de nos sentar à mesma mesa.

Agora, o general distribuía tarefas que nem sempre entendíamos. Nossa geração precisou migrar à força para o mundo digital. A futura deputada Ana Elisa, aos 21 anos, falava de uma campanha feita pelas redes, sem sair de casa. Alguns de nós mal dominavam o celular. A orientação, contudo, era mobilizar por todos os meios, inclusive no diálogo "tête-à-tête". Nenhum soldado poderia ficar para trás.

A primeira semana foi um caos. Depois, veio o desânimo. Os adversários, o imperialismo, as "big techs", os institutos de pesquisa e quase a metade dos nacionais, que pensaram estrategicamente em tomar posse do Brasil, pareciam poderosos demais, e nós, pequenos diante daquela engrenagem.

Foi quando olhamos para os mais jovens: nossa geração.com. Filhos e sobrinhos que falavam a língua das redes e carregavam a mesma história na pele. Nós nos aquilombamos. Estava formado o nosso "afrobunker". A missão, estabelecida pelo general e conduzida pelo sargento, era conversar, alcançar indecisos e incentivar a participação, principalmente dos afrodescendentes. Começamos pelos mais próximos. Queríamos falar de escravidão, desigualdade, hierarquias raciais, racismo e conquistas sociais.

Achei que seria simples. Não foi. Havia negros, pretos e pardos, que tratavam o racismo como "besteira". Havia quem não se reconhecesse na dor que tentávamos compartilhar. Outros consideravam as hierarquias sociais algo natural, como se o racismo, como sistema, determinasse onde deveríamos estar. Voltávamos dessas conversas como peito apertado. Mais difícil do que enfrentar um desconhecido, era procurar compreensão em alguém querido e encontrar uma porta fechada.

Chegamos ao dia 24 exaustos. As pesquisas nos inquietavam, mas o trabalho estava feito. Nem todos mudaram de posição; alguns, porém, saíram pensativos. Talvez uma conversa não transforme tudo de imediato. Ainda assim, pode deixar uma pergunta acesa. Naquela noite, enquanto acompanhava uma "live" do general, o nosso time, Vasco da Gama, virou o jogo nos minutos finais. Meu time, cuja história de resistência tanto me orgulha, devolveu-me uma alegria quase infantil. Agarrei-me àquela vitória como quem encontra um sinal nomeio da aflição.

No dia 25, veio a resposta das urnas. Chorei. Não apenas pelo resultado, mas por tudo o que aqueles dias haviam revolvido em mim: o menino do juramento à bandeira, meu pai, meu irmão preso, minha família reunida, o medo pelos nossos filhos. Nosso pelotão negro e vascaíno saiu às ruas de Brasília. Vi pessoas de diferentes raças, gêneros, idades e condições se abraçarem. Naquele instante, deixamos de ser uma tropa: éramos uma família brasileira.

Não fizemos um contrato com governos, mas, juntos, vários pelotões pelo Brasil, compostos por negros, gays, idosos, deficientes e tantos outros grupos, atenderam a uma convocação popular: salvar a democracia. "Os poderosos poderão matar uma, duas ou três rosas, mas não poderão impedir a chegada da primavera" (Lula, 80 anos, trabalhador, nove dedos, pela quarta vez presidente eleito do Brasil).

Ricardo Nogueira Viana é professor de educação física, mestre em direitos humanos e segurança pública e delegado-chefe da 35ª DP